

## Desnutrição Infantojuvenil no Brasil: Desafios e Perspectivas à Luz do ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável

ARRABAL, Isaac Santiago  
RADAELLI, Patricia Barth  
ROANI, Raquel Schwendler  
SILVA, Rafaela Augusta Cerqueira Leite da  
VENTORIM, João Augusto

### INTRODUÇÃO

O direito humano à alimentação de qualidade é um assunto muito delicado no Brasil, principalmente quando se fala da desnutrição infantojuvenil. A violação desse direito desencadeia inúmeros prejuízos para vida das crianças e adolescentes, afetando o desenvolvimento físico, mental e social deles. No Brasil, entre os meses de janeiro e maio de 2024 foram registrados 2.424 internações hospitalares por desnutrição infantil, sendo o Nordeste responsável por mais de um terço delas, com cerca de 36% (COSTA, 2024). Além disso, estudos recentes revelam que a fome e a insegurança alimentar são fatores marcadores de desigualdade social e que se relacionam com populações mais pobres e com menor acesso a direitos básicos de vida. Sendo assim, visando traçar um caminho evolutivo do cenário atual da fome no Brasil, dentro do contexto dos fundamentos do ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável, fica evidente a necessidade urgente da implementação de novas medidas públicas que interajam com a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), que visam eliminar as diversas formas de problemas de acesso a alimentação no país.

Tabela 1. Internações por desnutrição infantil entre o período de Janeiro/2024 e Maio/2024 por regiões do Brasil.

Região	Internações	Internações (%)
Região Norte	332	13,70%
Região Nordeste	877	36,19%
Região Sudeste	580	23,92%
Região Sul	303	12,49%
Região Centro-Oeste	332	13,70%
<b>Total</b>	<b>2.424</b>	<b>100%</b>

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS).

IMAGEM 01: (COSTA, 2024)

### DESENVOLVIMENTO

Em uma análise de 20 anos da PNAN, ficou evidente que nos anos de 2003 a 2015 o Brasil foi marcado por um período de remissão na problemática do acesso à alimentação, praticamente erradicando a fome no país.

Contudo, fatores como a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), em 2019, e cortes de orçamentos trabalharam para o regresso da garantia desse direito (Batista Filho, 2021). Ademais, o estudo de Vale et al. (2022) evidenciou que 22,8% dos 16.526 adolescentes brasileiros estudados relataram ter vivenciado fome no mês anterior a pesquisa, associada a baixa renda familiar, baixa escolaridade materna e raça não branca, fatores que

norteiam análises de que os determinantes sociais e econômicos são fundamentais na compreensão dos motivos por trás da insegurança alimentar.

A desnutrição infantil, portanto, não é um fator unicamente ligado à falta de alimentos, mas principalmente a condições sociais estruturais injustas. O ODS 2 propõe medidas de controle e combate à fome através de pilares de alimentação sustentável, contando com conceitos de agricultura familiar e garantia de acesso a alimentação nutritiva e de qualidade. No âmbito médico, a atenção nutricional, o diagnóstico precoce e o acompanhamento multiprofissional tornam-se indispensáveis para romper o ciclo de vulnerabilidade infantojuvenil.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infelizmente a desnutrição infantojuvenil ainda é um problema comum na população brasileira, representando um desafio ético e social para o desenvolvimento do país. Apesar do avanço político, os estudos analisados indicaram que a fome se perpetua como desfecho direto da desigualdade econômica e social na população. A proposta do ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável exige uma ampla visão do cenário e a aplicação de medidas intervencionistas em diversos setores, contando com educação nutricional e fortalecimento do SUS, principalmente através do PNAN e SISVAN.

No âmbito médico, os profissionais têm o papel de zelar pela promoção da saúde por meio da orientação de hábitos de vida, aleitamento materno e nutrição saudável desde os primeiros anos de vida, além da responsabilidade de identificar e tratar precocemente sinais de desnutrição.

Por fim, através do trabalho em equipe do Governo com a população e os profissionais de saúde, o plano de erradicar a fome no Brasil fica mais palpável e conseqüentemente melhora o acesso ao direito da alimentação de qualidade das crianças e adolescentes do país.

### REFERÊNCIAS

- BATISTA FILHO, M. *Análise da Política de Alimentação e Nutrição no Brasil: 20 anos de história*. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, supl. 1, e00038721, 2021. DOI: 10.1590/0102-311X00038721.
- COSTA, I. G. M. et al. *Desnutrição Infantil no Brasil em 2024: Análise Atual da Morbidade Hospitalar e seus Impactos*. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 7, p. 2031–2041, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n7p2031-2041.
- VALE, D. et al. *Determinantes sociais em saúde associados à vivência da fome entre adolescentes do Brasil*. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 7, p. 2895–2909, 2022. DOI: 10.1590/1413-81232022277.17792021.